

Constituinte: Os perigos da inércia e da complacência

Roberto Paulo Cesar de Andrade

É grande a responsabilidade da maioria moderada dos Constituintes de extrair do cipoal das propostas e dos anteprojetos em debate uma Carta que, fundada no bom senso e na compreensão dos verdadeiros interesses do Brasil, possa servir de diretriz duradoura de nosso destino.

Basta considerar três dos pontos mais polêmicos hoje em discussão: a questão dos capitais estrangeiros, o problema da reforma agrária e o da forma de governo. A questão do capital estrangeiro é, basicamente, simples: conciliar a necessidade de atrair o capital e tecnologia de fora a fim de criar empregos e acelerar o desenvolvimento do País com a de dirigir a política econômica de acordo com os interesses nacionais. Para termos um Brasil moderno, com um mínimo de qualidade de vida, dentro de um prazo razoável, precisamos do capital, de investimentos e de tecnologia, que complementem a nossa poupança interna e a nossa geração tecnológica, insuficientes para manter o ritmo de desenvolvimento de que o Brasil necessita.

Somos o produto de povos e recursos estrangeiros. Sem a colonização portuguesa e africana, sem a imigração italiana, japonesa, alemã, sem a Light nas primeiras décadas do século, sem Kubitschek e a indústria automobilística estrangeira, o que seríamos hoje?

Basta pensar no número de empregos e de empresas nacionais criado pela existência da Light, da indústria automobilística e de todos os demais investimentos estrangeiros no Brasil, e procurar contrapor os fantasmas sempre lembrados ao se tratar da matéria: onde a perda de soberania? onde o atraso?

Nos Estados Unidos, com 40.000 dólares e uma idéia, qualquer estrangeiro cria uma firma nacional, desde que se submeta às leis do país. Aqui, nossa tradição cartorial gera uma resistência surda e permanente a um dos conceitos básicos sem os quais inexiste a democracia: o da igualdade dos homens perante a lei. Do chapa branca aos estabelecimentos privados, dos cartórios vitalícios às cartas patentes e às reservas de mercado, somos adeptos do artigo único a que se reduziram os sete mandamentos dos porcos no admirável Animal Farm de Orwell: todos são iguais, mas uns são mais iguais do que outros.

O controle da política econômica, tanto no que diz respeito a nacionais quanto a estrangeiros, é uma das ferragens básicas do Estado moderno. Para ser eficaz, precisa ser ágil, mutável, conjuntural. Por isso mesmo, não cabem na Constituição regras limitativas, que apenas emperrariam uma política econômica que deve ser, por sua natureza, dinâmica.

Temos, na lei das S.A., uma definição adequada do que seja empresa nacional. A lei ordinária deverá regular — como o faz hoje — as restrições, ou estímulos, aplicáveis, em determinadas circunstâncias e momentos, às empresas nacionais em que haja participação ou controle estrangeiro.

O imenso problema da pobreza rural e do mau aproveitamento das terras em muitas regiões do País é outro tema permanente de preocupação nacional. A solução dessas duas questões é fundamental para o nosso futuro. As medidas propostas na Constituinte sob o te-

ma da reforma agrária não enfrentam nem uma nem outra. Diante da dificuldade e complexidade de se fazer uma verdadeira reforma no campo, de dar a milhões de famílias rurais carentes os instrumentos financeiros, educacionais e de organização, que permitam que elas se transformem em unidades produtoras independentes melhorando, simultaneamente, o rendimento médio da estrutura rural do País, opta-se pela "solução" fácil: a desapropriação confiscatória e a distribuição demagógica de terras. Com isso o Estado, através do calote, promove a fome. A incompreensão mútua, entre proprietários ameaçados e "sem-terras" iludidos, leva ainda a polarizar a situação nas imagens da mídia e na mente dos ingênuos. Ataca-se o investidor rural, sem considerar a sua produtividade, e esquecem-se os problemas reais: a pobreza no campo e a necessidade de aumentar a eficiência da agropecuária nacional como um todo para transformar em efetiva a imensa riqueza potencial de nosso território. Um pouco de bom senso, muito trabalho e disposição de enfrentar os custos enormes de uma verdadeira solução para o campo são condições indispensáveis para trazer o problema do enfrentamento ideológico estéril para o do verdadeiro interesse nacional.

Também na forma de Governo, o debate entre parlamentaristas e presidencialistas se reveste de enfoque oportunista e superficial.

O que temos é uma oscilação entre a força excessiva e a excessiva fraqueza do Executivo. Como as rãs da fábula, aborrece-nos a inércia do reitronco e nos apavora a gula do rei-cegonha. A solução parlamentarista, sem partidos representativos e programáticos, sem voto distrital estabelecido, sem dissolução do Congresso em caso de impasse, sem existência de uma-burocracia permanente, honesta e competente, acima e a salvo das nomeações fisiológicas, sem um Banco Central independente; enfim, sem a estrutura de um estado moderno, traz em seu bojo todos os riscos de concentrar o poder na assembléia das rãs. Cabe lembrar que a ditadura do Parlamento é a mais terrível e imprevisível de todas as ditaduras, pois se cobre com a pele de cordeiro do populismo. Desde a Revolução Francesa, passando pela Revolução Russa e o Terceiro Reich, as maiores tiranias foram fruto de assembléias populares ensandecidas.

Mais perigosa, no caso brasileiro, seria a instabilidade política de um Governo alicerçado em Congresso sem qualquer das condições ou tradições dos parlamentarismos bem-sucedidos. De Belíndia, passaríamos a Itálandia. Todos os problemas de pobreza da Índia, com a instabilidade política da Itália...

Para não enfrentar o problema real, que é o de um Presidencialismo sem apoio articulado no Congresso, correremos o risco de agravar os já enormes problemas do Brasil, ao criar um parlamentarismo sem apoio na realidade político-cultural do País.

O fruto dessa marcha aparentemente vitoriosa da desinformação, da inércia e da complacência, somado à insegurança que persiste há anos quanto aos rumos econômicos e políticos do País, é a criação de uma insidiosa névoa de desânimo e pessimismo que

envolve e penetra todos os setores da vida brasileira.

Já se observa a migração de jovens brasileiros para o Canadá, para a Austrália, para a Itália e para Portugal, reflexo assustador de nosso aparente empenho em andar na contramão da história. Na medida em que abdicamos ser o país do futuro, os que querem assegurar nos deixam.

O progresso, o desenvolvimento, não é uma fatalidade histórica. Basta olharmos alguns de nossos vizinhos, tão ou mais bem dotados do que nós em recursos humanos e materiais, para vermos que a insensatez política, a demagogia, o populismo e o falso distributivismo podem, em poucas décadas, pôr a perder o melhor projeto nacional, alicerçado em séculos de lutas, sacrifícios e dedicação.

O Brasil destacou-se até agora, no mundo em desenvolvimento, pelo pragmatismo, linha mestra de todos os seus líderes, de Getúlio Vargas aos generais de 64.

Foi exatamente uma reação contra a irracionalidade populista do Governo Goulart que levou a classe média brasileira a aceitar trocar a liberdade pela expectativa de segurança e proposta de racionalidade dos governos militares.

Sendo o pior dos governos, a democracia, segundo Churchill, é também o melhor deles, pois só ela assegura a liberdade. Acontece que a democracia só sobrevive e se desenvolve quando exercida com liderança criativa.

O mal dos regimes democráticos que sucedem a um período de autoritarismo é que suas elites tendem de tal forma a temer serem acusadas de dominantes, que fogem à responsabilidade criadora, buscando o "consenso" das sondagens de opinião, dos plebiscitos, das propostas subscritas com 500.000 assinaturas, como se o número de propugnadores tivesse o dom de transformar uma bobagem em sabedoria. Os esboços de Constituição que nos têm sido apresentados refletem essa síndrome da atual política brasileira.

Em recente entrevista, o Presidente Cavaco e Silva registrou o desastre de 13 bilhões de dólares que foram os 13 anos da "revolução dos cravos" e da nova Constituição portuguesa dela resultante. Esses frutos da "ressaca" do salazarismo merecem o exame cuidadoso de nossos constituintes. Foram precisos treze anos de desmantelamento nacional, um enorme sofrimento humano e prejuízo financeiro assustador, para que Portugal encontrasse novos líderes com a coragem de dizer que o rei estava nu, que a fantasia acabara, e que era preciso voltar às duras realidades da vida de nação adulta e responsável.

Quanto tempo, quanto sofrimento e que custo teria o Brasil de enfrentar se cometemos insensatez semelhante?

Sem liderança, não há democracia. Sem mostrar o caminho, dizer a verdade, mesmo contra a força dos grupos de pressão, mesmo afrontando os riscos da impopularidade, visando conquistar o bom senso da maioria para as vias do bem comum, não há liderança. Há apenas minorias cobertas pelo manto da complacência, abdicando do seu mandato, acovardadas ante o tropel da insensatez. Pavimentando o caminho de um novo autoritarismo.

Roberto Paulo Cesar de Andrade é advogado e empresário